

## **AS CONTRADIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO BAIRRO MAGALHÃES, MUNICÍPIO DE LAGUNA, ESTADO DE SANTA CATARINA.**

Agostinho Schneiders<sup>1</sup> (agostin\_tb@hotmail.com)  
Maria Arlete Goulart Piuco<sup>2</sup> (arlete.piuco@unisul.br)

### **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é analisar e caracterizar a ocupação em 1992 de uma área aterrada desprovida de qualquer tipo de infra-estrutura urbana por um grupo de pessoas sem teto no bairro Magalhães, município de Laguna, Estado de Santa Catarina. A existência e a ocupação por famílias de baixa renda desse tipo de área representam as diversidades social e espacial na área urbana, parecem ser uma consequência inevitável e necessária de um modo de produção capitalista onde predomina o interesse e o acesso através da compra e uso do solo urbano de uns poucos em detrimento da grande parcela da população. Estes limitados a áreas de valores menores e com pouca infra-estrutura, processo denominado por Corrêa (2000) de segregação residencial, concentrando determinado tipo de população dentro de um dado território. Diversos estudos apontam para o caso brasileiro, um paralelismo entre a urbanização e industrialização, no qual é possível observar essa relação principalmente nas regiões sul e sudeste. O processo que se verifica a partir do século XIX em todas as nações da Europa Ocidental e, mesmo na América do Norte concretiza-se no mundo de hoje desenvolvido se deu com base no processo de urbanização que ocorreu paralelamente nessas nações, no mesmo período. No entanto, nas demais regiões a urbanização está mais ligada às atividades comerciais e as migrações, provocadas por questões climáticas e agrárias. Para Laguna e municípios próximos, a urbanização está mais relacionada ao desenvolvimento das atividades comerciais, antiga área portuária, prestação de serviços e o desenvolvimento de uma estrutura turística, ainda que defasada, voltada a exploração do turismo de alta temporada, patrimonial e histórico (arquitetura portuguesa e república Juliana). As profundas mudanças ocorridas no meio rural (modernização) durante a década de 80 e início da década de 90, gerando concentração de terra nas mãos de poucas pessoas contribuíram para que muitos pequenos proprietários sem recursos e sem terra para acompanhar as exigências, migrassem em direção as cidades em busca de novas oportunidades e emprego que na visão de Clarc (1985) simbolizam correntes maciças de imigrantes oriundas das congestionadas áreas rurais. O processo acelerado de urbanização gerou um desenvolvimento heterogêneo das cidades, agravando o problema da exclusão social e desencadearam uma série de problemas, chamados por alguns autores de áreas de tragédia urbana brasileira. As características mais expressivas dessa tragédia verificadas por esta pesquisa são marcadas por enchentes, desmoronamentos, poluição dos recursos hídricos, poluição do ar, desmatamento e violência. A partir da definição e estudo do marco teórico-metodológico foi aplicado um instrumento de pesquisa junto aos moradores do local para verificar a presença e a qualidade dos equipamentos de consumo coletivo urbano (moradia, acessibilidade, transporte, saúde, cultura, etc.) e público (segurança). O resultado da pesquisa demonstrou que a Vila Vitória, nome resultante da luta dos moradores (movimentos sociais urbanos), é ocupada hoje, por uma população que na sua maioria apresenta um baixo nível de renda, composta por trabalhadores com pouca qualificação, mal remunerados, subempregados e desempregados. Assim, as cidades dos países subdesenvolvidos se transformaram em palco de lutas sociais e reprodução das classes sociais resultando na diferenciação da produção e organização espacial.

---

<sup>1</sup> Aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, nível de Doutorado.

<sup>2</sup> Professora e coordenadora do curso de Geografia da Universidade do Sul de Santa Catarina, Campus Regional Sul, Tubarão – Santa Catarina.

Palavras-chave: Diferenciação sócio-espacial, produção e reprodução sócio-espacial, movimentos sociais urbanos.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX percebemos no Brasil que um grande número de cidades nasceu, cresceram e se desenvolveram. Foi neste século que o país mais se urbanizou. O fenômeno de urbanização e o êxodo rural provocaram o aumento dos problemas urbanos, problemas que resultam da falta de planejamento. A cidade não planejada enfrenta grandes dificuldades que com o tempo tendem a se agravar e a comprometer a qualidade de vida de seus habitantes. Os problemas que constatamos nas grandes cidades, observamos de forma semelhante nas médias e menores, a diferença está na proporção em que os verificamos.

O longo processo de organização e reorganização da sociedade deu-se paralelamente à transformação da natureza em campos, cidades, áreas agrícolas, estradas, *shopings*, etc. Estas obras do homem construídas em épocas diferentes identificam como este se relaciona com o meio em que vive e como organiza o seu espaço.

O espaço urbano, na sociedade capitalista, é marcado por profundas desigualdades, resultantes de ações acumuladas ao longo do tempo. A sociedade capitalista é formada por diferentes classes sociais e que ocupam o espaço de formas diferentes, de acordo com seus interesses e com o poder de posse. As pessoas que produzem e reproduzem o espaço urbano são chamados de agentes urbanos e fazem desse espaço um espaço dinâmico.

A cidade é produzida por grupos sociais distintos e apresenta estrutura, forma e função diferentes geradas por processos e épocas diferentes. Segundo Santos (1985), para se compreender a organização espacial e sua evolução é necessário interpretar a relação entre estrutura, processo, função e forma. As diferenças na organização do espaço urbano se dão conforme o tamanho das cidades e estas diferenças se dão conforme a intensidade dos processos espaciais e a natureza das funções e formas espaciais. Ou seja, a compreensão de como se dá a produção e reprodução do espaço urbano fica mais clara ao analisar que processo deu origem a sua forma e função e identificar como este espaço está estruturado.

A pesquisa realizada é do tipo exploratório de campo, onde foram entrevistados por meio de questionário individual 82 moradores fixos e periódicos. O intuito da mesma é fornecer maior familiaridade, contato com o fenômeno estudado. Vila Vitória está situada no bairro Magalhães em município litorâneo situado ao sul do estado de Santa Catarina, possui características típicas de uma vila com culturas diversificadas, no entanto as condições de vida, os tipos de moradia e classes sociais diversas contribuem para miscigenação cultural. Seu nome tem origem na vitória que os moradores obtiveram na invasão de uma área aterrada, por isso a localidade foi denominada Vila Vitória. A comunidade da vila possui uma população em torno de 4.187 pessoas.

O objetivo deste trabalho é analisar e caracterizar a ocupação em 1992 de uma área aterrada desprovida de qualquer tipo de infra-estrutura urbana por um grupo de pessoas sem teto no bairro Magalhães, município de Laguna, Estado de Santa Catarina. Seus transtornos ambientais e sócio-econômicos das condições de vida dos moradores decorrentes da invasão irregular e não planejada da Vila Vitória no município de Laguna, avaliando o descaso dos governantes para com essa comunidade.

## 2 O CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO AÇORIANA EM SANTA CATARINA E SUA URBANIZAÇÃO

### 2.1 COLONIZAÇÃO

Os portugueses e espanhóis foram os primeiros a chegar à região, quando a antiga ilha dos Patos ganharia o nome de Santa Catarina, por volta da primeira metade do século

XVI. Primeiro povoado aconteceria somente na segunda metade do século XVII, que se chamaria Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco. Dezoito anos mais tarde, em 1675, seria fundado o povoado de Nossa Senhora do Desterro, a atual capital do estado, Florianópolis. Um ano depois seria criado o povoado de Laguna, o segundo da região. Nesse entendimento afirma Farias (2001, p. 485):

Seu povoamento tem início ainda no século XVII, em pleno ciclo do bandeirantismo de apresamento de índios, por iniciativa de Francisco Dias Velho que em 1662 se estabelece na ilha de Santa Catarina com bens de raiz. Fez-se acompanhar da mulher, dois filhos, duas outras filhas, quinhentos índios domesticados, um branco de nome José Tinoco, com sua mulher e três filhos, e dois padres jesuítas (...) Em 1675 voltou Francisco Dias Velho para sua povoação, onde permaneceu três anos. Nesta ocasião ergueu uma cruz (1678), deu início à construção da Capela de Nossa Senhora do Desterro, que é tomada como data básica da fundação de Florianópolis.

A capitania de Santa Catarina criada em 1738 seria, inicialmente ligada a São Paulo, depois ao Rio de Janeiro, transformando-se em província apenas após a proclamação da Independência do Brasil. A imigração européia ganharia força apenas na segunda metade do século XIX, com destaque para a chegada de alemães e, com menor incidência, de italianos.

No século XVII, teve início o povoamento do litoral de Santa Catarina, o motivo deu-se com o avanço das correntes vicentistas. A partir das povoações das vilas de São Francisco do Sul, Desterro e Laguna, que começa então, a ocupação do litoral catarinense. Reis (2002, p. 16) afirma:

A primeira tentativa de ocupação do litoral de Santa Catarina, com as correntes vicentistas, não fortaleceu o surto demográfico. Os paulistas que ali instalaram desenvolveram uma agricultura primitiva e isolada das demais regiões, quase de subsistência, pois o intuito desses desbravadores era reconhecimento do litoral e posse. Laguna foi utilizada nessa época – como último ancoradouro seguro para o ataque de embarcações, e serviu de base e abrigo às tropas militares portuguesas que se locomoviam para o extremo sul.

Os vicentistas não foram os únicos a ocuparem o litoral catarinense. Na segunda metade do século XVIII, deram-se um segundo processo de colonização, os açorianos<sup>3</sup>. Estes se fixaram desde o Desterro até Campos Verdes, em Laguna, fixando-se também no litoral riograndense até Porto Alegre. Fiori e Lunardon (2004, p. 9) afirmam:

Aos açorianos que desejavam imigrar foi prometida ajuda em transporte, terras, sementes, ferramentas, animais, alimentação gratuita durante um ano, entre outras coisas. Muitas promessas não foram cumpridas. Como era usual na época, vieram para o Brasil em navios à vela, viajando cerca de três meses. As condições de travessia no oceano foram assim definidas: os homens ficavam na coberta e as mulheres nas cabines. Os primeiros açorianos chegaram em Santa Catarina no ano de 1748, sendo que esse povoamento vai continuar até o ano de 1756. Nesse período chegam em Santa Catarina cerca de 6.000 açorianos.

A presença dos açorianos transformou o Estado, trazendo costumes que até os dias de hoje ainda é facilmente encontrado no interior do município. No Folclore a expressão mais prestigiada é a brincadeira do Boi-de-Mamão, trazida pelos açorianos há mais de dois séculos e meio, em Ribeirão Pequeno, bairro do interior de Laguna é possível assistir aos Bois-de-Mamão Mirim e adulto tradicional. Em Ribeirão é possível ainda hoje ver as lavadeiras na

<sup>3</sup> Açores é uma província portuguesa, situada no Oceano Atlântico, a quase 2.000 km do sul de Portugal. São ao todo nove ilhas, além das rochas Formigas, ocupando uma extensão de 2.247 Km<sup>2</sup>. A grande maioria de sua população descende de portugueses e, naturalmente, o idioma falado é o português.

cachoeira utilizando-se do local para lavar roupas. O Folclore se manifesta também na dança da ratoeira, cantigas do terno-de-reis, festa do divino e o arco-florido da Ponta da Barra.

Os açorianos enfrentam vários problemas em Santa Catarina, visto que se inicia um terceiro período de colonização, com a chegada dos imigrantes europeus, em sua maioria italiana e alemã. Nesta região sul catarinense, estes formaram colônias junto com os vicentistas, açorianos e madeirenses distribuindo-se nos vales do rio Tubarão e Urussanga.



Figura 1: Localização da área de estudo<sup>4</sup>

Após setenta anos a população de Laguna dobrou em número de população, quase trinta anos depois este aumento foi de apenas oito mil moradores. Muitos moradores e principalmente os jovens saíram do município em busca de uma vida melhor, visto que a geração de empregos diminuiu em relação ao número populacional.

## 2.2 BRASIL: PAÍS DE URBANIZAÇÃO TARDIA

O processo de urbanização se intensificou com a industrialização no século XIX que estimulou a criação de novos centros urbanos em áreas anteriormente rurais, o crescimento da população urbana e o êxodo rural.

No entanto, podemos perceber algumas diferenças nos resultados da urbanização no mundo. Nos países desenvolvidos a urbanização paralela à industrialização possibilitou um crescimento econômico e um desenvolvimento ordenado das cidades, que obedeceram a um ritmo natural de crescimento. Enquanto que nos países subdesenvolvidos ocorre um crescimento urbano desordenado, causado pela vinda de migrantes do campo e da própria cidade, que ao lado de problemas decorridos desse processo levam a um comprometimento do desenvolvimento econômico.

<sup>4</sup> Fonte da figura é o acervo da Biblioteca Municipal de Laguna

A exemplo, nos países subdesenvolvidos temos as cidades latino-americanas e especificamente as cidades brasileiras, onde há bairros habitados por uma população com alto nível de renda, proprietários dos meios de produção ou assalariados bem-remunerados que dispõem de belas e confortáveis residências e de uma boa infra-estrutura. Em oposição a estes bairros, existem outros, habitados por uma população com baixo nível de renda, composta por trabalhadores mal-remunerados, subempregados ou desempregados, que vivem em favelas e conjuntos habitacionais, localizados em áreas precárias com falta de infra-estrutura.

A população é constituída por pessoas que vivem no espaço urbano e rural, a construção de espaços geográficos no Brasil, durante o período das economias colonial e primário-exportadora, muitas cidades tiveram origem em antigas vilas, fundadas pelo desenvolvimento da pecuária, da mineração, do cultivo do café, das construções de fortes militares, etc.

Durante mais de quatro séculos a vida brasileira esteve muito mais relacionada com o campo que com a cidade. A população vivia predominantemente na zona rural. O Brasil era um país rural, e as poucas cidades que existiam se organizavam em função da produção realizada no campo.

No final do século XIX começaram a ocorrer alguns investimentos em indústrias. A economia brasileira estava se transformando. Além da produção da zona rural, incrementou-se a produção de bens materiais na zona urbana. Como a indústria é uma atividade econômica urbana, ela provocou um aumento populacional nas cidades, onde vive a mão-de-obra de que ela necessita e, onde está também o principal mercado consumidor dos produtos industriais. "[...] a natureza e o ritmo dos movimentos das relações internacionais são determinados, em última instância, pelo processo de acumulação das nações dominantes [...]" (OLIVEIRA; PONTUSCHKA, 2002, p. 85). A evolução das economias nacionais está imbricada neste sistema internacional sem, contudo, ser um mero reflexo dele.

Iniciando o século XX, começou a ocorrer uma mudança nas distribuições da população brasileira entre a zona rural e a zona urbana. A população urbana começou a crescer. Mas foi somente a partir de 1960 que este fato acentuou, acelerando o aumento da população urbana, acompanhado da diminuição da população rural. Alguns especialistas referem-se a esse fato como uma “explosão urbana”, pois ocorreu uma grande urbanização o aumento dos habitantes das cidades, em decorrência das imigrações campo-cidade.

**Tabela 1: População urbana e rural de alguns países meados do século XX**

País	População urbana (%)	População rural (%)
Reino Unido (1951).....	79,70	20,3
Dinamarca (1947).....	62,50	37,5
Canadá (1951).....	51,90	48,1
Suécia (1950).....	51,90	48,1
Brasil (1950).....	30,80	69,2

Fonte: Carvalho (1988, p. 55)

A urbanização foi conceituada por Serra (1991) como sendo o processo de transformação da população rural em população urbana pela migração, considerando também o crescimento vegetativo. Este autor salienta ainda que o processo de urbanização propriamente dito fosse à transformação de uma forma menos densa e mais esparso de distribuição da população no espaço para uma forma concentrada em núcleos urbanos. A velocidade do processo de urbanização acentuou-se neste século, principalmente nos países subdesenvolvidos.

Em 1950, a região sudeste era a mais urbanizada de cada cem pessoas dessa região, 47 eram urbanas enquanto nas demais regiões menos de 30 pessoas, em cada grupo de cem, viviam em áreas urbanas exceto na região norte.

Em 1960, o sudeste era a única região brasileira com população urbana (57,3%) superior a rural. A partir deste, o poder público passou a intervir decisivamente na organização do espaço brasileiro. O estudo do espaço resume, pois, o complexo social em todas as suas faces: no espaço estão implícitas as condições e as relações de produção, a herança histórica e as interações sociais, (BORBA, 1998, p. 19).

O projeto desenvolvimentista tinha como objetivos, além da integração nacional, a modernização do território e o desenvolvimento da economia capitalista. Para tanto, era necessário expandir a indústria e construir uma sociedade de consumo predominantemente urbana.

Em 1970, a população urbana do Brasil (56%) já era maior que a rural (44%), pois, de cada grupo de cem pessoas 56 viviam em áreas urbanas. Foi o grande crescimento da população urbana da região sudeste (72,8%) que influi no cômputo geral, pois as demais regiões continuavam com a população rural superior à urbana. Mesmo considerando este crescimento urbano, apesar de muitos núcleos habitacionais se encontrarem na figura jurídica do Município, o crescimento populacional sempre foi utilizado como forma de obtenção de recursos federais para os Estados e Municípios Brasileiros, apesar de pesquisadores na área de demografia advertir, nos idos anos 80, que a população brasileira não teria uma ascendência gigantesca predestinada, pois, conforme constatava em 1988, o demógrafo José Alberto M. Carvalho, durante o VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, em São Paulo:

Projeções feitas no início dos anos 70 calculavam uma população brasileira para o ano de 2000 em torno de 212 milhões de pessoas. Entre o que se esperava 20 anos atrás e o que, com segurança, se terá, haverá uma diferença, para menos, superior a 40 milhões de pessoas. Isto é, houve um erro de “expectativa” da ordem de 23 %. Obviamente, estes 40 milhões de pessoas que “estarão ausentes” teriam no ano de 2000, menos de 30 anos de idade, pois deixaram de nascer devido ao declínio da fecundidade experimentado a partir de 1970. A população projetada para 2000, realizada no início dos anos 70, provavelmente só será atingida no ano de 2020, quando se espera um total de 211 milhões de brasileiros. (CARVALHO, 1988, p. 67).

Em 1980, em todas as regiões brasileiras, exceto nordeste a população urbana era maior que a rural. Em 1991, a tendência à urbanização continuou em todas as regiões e o Brasil, já tinha (75%) da sua população urbanizada.

O censo demográfico de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mostrou que a tendência a urbanização aumentou em todas as regiões. Portanto, a taxa de urbanização do Brasil também cresceu, e atualmente menos de 10% da população do país vive na zona rural.

### 2.3 A INDUSTRIALIZAÇÃO NÃO É A ÚNICA CAUSA DA URBANIZAÇÃO

A grande industrialização da atual região sudeste, na década de 1950, principalmente durante o governo de Juscelino Kubitschek e nas décadas seguintes pode ser apontada como uma das causas da urbanização. Segundo Davidovich (2000, p. 147):

Políticas espaciais explícitas e vultosos investimentos deram respaldo à urbanização como estratégia do desenvolvimento do território. Um aspecto da questão urbana pode ser remetido a essa proposta de construir um Brasil urbano. Além da implantação de hidrelétricas, portos, aeroportos, dutos e canais e de grandes projetos industriais, apoiados em financiamento externo, a expansão da rede de energia, de estradas e de comunicações foi um meio de eliminar barreiras à circulação do capital, que teve, então, um expoente na indústria automobilística.

É importante compreender, entretanto, que a urbanização decorreu da industrialização. Ela foi num primeiro momento o elemento de atração da população rural,

mas não é somente a indústria que atrai as populações. Várias foram às causas para a urbanização entre elas:

- Problemas existentes no campo ou na zona rural como, por exemplo, os baixos salários e as dificuldades encontradas pelo trabalhador rural para tornar-se proprietários de terras fazem com que haja migrações de população do campo para as cidades;
- Com o crescimento das populações urbanas, ampliam-se as necessidades de serviços (abastecimento de água, coleta de lixo, escolas, hospitais, transportes etc.). Fato que estimula ainda mais a urbanização.

Deve-se considerar o crescimento do setor de serviços, que é uma grande fonte de empregos e atrai populações da zona rural, da própria região e de outras, como também de outras cidades.

À medida que a população urbana aumenta, surge a necessidade de mais escolas, hospitais, postos de saúde, meios de transportes, casas comerciais, agências bancárias, supermercados, ampliação da coleta de lixo, de rede de água, de esgoto, de energia elétrica, mais policiais, táxi, habitações e muitas outras coisas. Isso tudo significa novos empregos nos três setores de produção. Sendo assim, as cidades que apresentam uma economia mais dinâmica exercem grande atração sobre a população do campo, de outras cidades e de outras regiões.

Além da industrialização e das ampliações de serviços existem outros fatores que explicam o fenômeno da urbanização:

- A atração das populações rurais pelas cidades. A chegada da televisão no Brasil, no início da década de 1950, mostrando o modo de vida das grandes cidades, em filmes, telenovelas, documentários, telejornais, etc., despertaram principalmente nos jovens, o desejo de conhecer e de viver a vida retratada pela televisão. Isso estimulou as migrações para as grandes e médias cidades;
- A busca de melhores condições de vida. A proximidade da assistência médica e hospitalar e de escolas em todos os níveis e a possibilidade de obter melhores rendimentos também incentivou as migrações para as cidades, sendo, portanto, uma das causas da urbanização.

## 2.4 REDE, HIERERQUIA URBANA E PROBLEMAS URBANOS

A urbanização brasileira no momento atual, marcada pela velocidade e pela técnica, em que as categorias espaço e tempo, agora fundidas, produzem novos nexos. A propósito Santos (1996, p. 8) comenta:

O advento do período técnico científico permitiu, afinal, que, na prática, isto é, na História, Espaço e Tempo se fundissem, confundindo-se. Não há, nas ciências sociais, como tratá-los separadamente. Sob risco de tautologia, as categorias de análise devem ser outras, e não mais Tempo e Espaço, já que as definições se tornaram recíprocas. E a cidade, sobretudo a grande cidade, é o fenômeno mais representativo desta união.

A cidade assumiu, no decorrer da história uma importância muito grande na vida de toda a sociedade. Tornou-se o centro da produção material e de serviços e das decisões política e econômica sede dos movimentos culturais, local de produção de muitos valores sociais e idéias e de mobilizações de massa sociais. “A grande cidade se torna o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos, isto é, o teatro de numerosas atividades marginais do ponto de vista tecnológico, organizacional, financeiro, previdenciário e fiscal.” (SANTOS, 1996, p. 10).

As áreas urbanas se sobrepuseram ao campo. Assim, a cidade passou a ser o centro de uma região ou sub-região, o local onde o agricultor e pecuarista realizam suas compras, depositam dinheiro e procuram financiamentos no banco, obtêm lazer e escolas para os filhos, buscam ajuda médica e odontológica é onde geralmente vivem.

Para Santos (1990), ao ser distribuírem no espaço, as cidades formam uma rede urbana um conjunto de cidade que mantêm entre si relações comerciais, financeira, culturais, e políticas, mas geralmente sob o comando de uma cidade que apresenta o setor de prestação de serviço mais desenvolvido e diversificado.

#### 2.4.1 Categoria e funções urbanas

Ao analisar a rede urbana de qualquer país, pode-se notar:

- cidades de diferentes categorias dimensionais isto é, de diferentes tamanhos quanto ao número de habitantes;
- cidades que possuem funções urbanas definidas, ou seja;em que uma atividade urbana se destaca sobre as demais;portuárias, industrial, religiosa, política administrativa, turística ou ainda aquelas que possuem múltiplas funções;
- cidades que diferenciam de outras pelo desenvolvimento de seu setor terciário ou seja, que possuem uma rede de serviços diversificadas e desenvolvida. Essas cidades exercem influência sobre outras, sobre seus próprios espaços rurais e, ainda sobre a região (no caso de grandes cidades e países desenvolvidos, como Nova York, por exemplo, sua influência atravessa a fronteira dos Estados Unidos e é mundial).

Faz-se importante ressaltar que, para entender sobre rede urbana, devemos lembrar que os critérios para classificar uma cidade não são rígidos, mas dependem da região em que ela se localiza. Assim, nas áreas de maior industrialização e maior densidade urbana - sobretudo com cidades bem mais equipadas - o nível de exigências para se considerar um centro urbano como metrópole é bem maior que nas áreas pouco povoadas. O sistema urbano articulado é fruto da divisão territorial do trabalho entre o campo e a cidade e entre cidades com recursos - população, equipamentos urbanos- diferente. Esse sistema urbano só se completará quando a indústria se tornar o setor dominante em todo o território, desde que este seja totalmente ocupado e se torne economicamente produtivo.

#### 2.5 PROBLEMAS URBANOS: O FAVELAMENTO

Favelas são, no espaço geográfico urbano, o retrato vivo das desigualdades sociais, da exclusão social em que vive parte da população brasileira das grandes e medias cidades. Devemos entender as favelas também como uma forma de sobrevivência encontrar da pela população pobre ou por aqueles que o estado e a sociedade como um todo abandonou a própria sorte. No Brasil, o processo de favelamento aconteceu a partir da década de 1950 acompanhando as transformações econômicas, sociais e políticas por que passou o país, principalmente com a industrialização e a urbanização.

Muitas pessoas que se deslocaram para área urbana, principalmente nas cidades grandes e médias, tiveram dificuldades para encontrar trabalho, pois a economia não era capaz de absorver toda mão de obra disponível. Com isso, trabalhar e morar torna-se dramas vividos por milhares de brasileiros. Devido a esse empobrecimento muitas famílias vêm-se obrigados a se tornarem favelados, moradores de cortiços e de loteamento clandestinos ou mesmo a participar de invasão de prédios e de terras públicas abandonadas. Essa situação mostra o lado perverso do modelo econômico existente, marcado pela exclusão social.

No Rio de Janeiro, as favelas se instalaram nas encostas dos morros. Em São Paulo a distribuição espacial ou territorialização das favelas se deu, geralmente, em áreas ao longo de vias públicas ou de córregos que cortam a cidade, ou ainda em fundos de prédios ou de indústrias.

No Brasil segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2002) existiam 3.905 favelas. Destas cerca de 15% e 13% , localiza-se respectivamente nos municípios de Rio de Janeiro e São Paulo. Consideradas o “coração econômico” do Brasil, foram produzidos, como também em outras cidades brasileiras, espaços geográficos marcados por



grandes contrastes sociais, pela pobreza e pela opulência. A existência de favelas está diretamente relacionada com a baixa renda da população, tanto do trabalhador com registro em carteira de trabalho como de trabalhador informal e do desempregado.

Existem, porém, outros aspectos relativos que precisam ser compreendidos. Localizando-se geralmente próximo ao centro da cidade ou do bairro, a favela permite ao trabalhador chegar ao local de trabalho em curto espaço de tempo e sem despesas com o transporte. Assim a baixa renda, as menores despesas com aquisição da habitação e a proximidade do lugar de trabalho ajudam também a explicar a existência de favelas. Moradia decente, com redes de água e de esgoto, é um direito do trabalhador a existência de favelas é, na verdade a negação desse direito.

## 2.6 MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

É importante esclarecer que os movimentos sociais urbanos não se limitam a movimentos de despossuídos ou excluídos socialmente. A melhoria das condições de vida interessa também a outras camadas da população urbana, como a classe média e até mesmo os setores das classes altas.

Assim os movimentos sociais urbanos envolvem várias causas ou propósitos, como por exemplo: os ecológicos, por uma melhor qualidade ambiental e, por conseguinte, por uma melhor qualidade de vida; os da defesa da mulher, contra a violência de que são vítimas e pelo direito de salários iguais aos dos homens; os que lutam contra a violência urbana; os que lutam pela ajuda e encaminhamento de crianças e adolescentes em situações de risco; que trabalham ou vivem na rua; os dos aposentados; contra a perda do valor real da aposentadoria; os das associações de moradores do bairro exigindo instalação e a melhoria das redes de esgoto, de escolas, posto de saúde, serviços de coleta de lixo, transporte coletivo, asfalto, policiamento, das associações de favelados, os que defendem o orçamento participativo, ou seja, que a comunidade participe da aplicação do dinheiro público em posse das prefeituras, sugerindo quais obras e investimentos são prioritários para o bem estar coletivo; e os sem-teto, pelo direito à habitação.

### 2.6.1 O movimento dos sem-teto

O direito à moradia para todos, é reconhecido internacionalmente. E esse deve ser mais que um objetivo mais uma obrigação do Estado. A falta de moradias nas cidades, principalmente para famílias de baixa renda, tem propiciado a organização de movimentos sociais para pressionar as prefeituras e os governos estaduais e federais a resolver esses graves problemas chamados movimento dos sem-teto.

Eles têm como objetivo obter moradia para seus integrantes, ou legalizar a posse do terreno de que se apropriaram e onde construíram suas casas. A ocupação de terrenos pelos sem-teto se faz de duas formas individualmente ou coletivamente. Tanto uma como outra forma são alvos de oposição por parte do poder público, sendo comuns os confrontos com a polícia.

Esses movimentos são complementados por algumas reivindicações como: instalação pelo poder público, de fabricas de blocos de cimento para construção de moradias sob forma de mutirão, recursos financeiros para as construções de moradia nas áreas ocupadas e sua legalização; orientação técnica de engenharia civil para construção de moradias.

Além desses (favelamentos e os movimentos sociais), muitos outros problemas surgiram com a urbanização a questão da destinação do lixo urbano, do tratamento e abastecimento de água, do tratamento e escoamento de esgoto, da assistência médica e hospitalar da rede escolar da poluição, da violência, etc, questões essas todas perfeitamente observáveis na área em estudo conforme demonstram as figuras 02 e 03.



Figura 02: Poluição na Lagoa Santo Antônio e o início do processo de favelização



Figura 03: Poluição da Lagoa Santo Antônio

### **3 SURGIMENTO DA VILA VITÓRIA**

#### **3.1 A OCUPAÇÃO HUMANA DA VILA VITÓRIA**

Em 20 de junho de 1992, no bairro Magalhães, aconteceu à primeira tentativa de invasão numa área aterrada as margens da lagoa Santo Antonio dos Anjos, município de Laguna, aterro este que as margens receberam devido à lagoa estar passando no ano de 1980, por um processo de desassoreamento. Estes sedimentos retirados da lagoa foram depositados em suas margens, formando-se assim novos terrenos. A idéia inicial para aquela área era de se implantar uma área de lazer para o município de Laguna o que acabou não acontecendo, porém com a instalação de uma antena de emissora de rádio da cidade pelo poder público um grupo de 36 famílias sem-teto planejaram a invasão daquela área. As famílias invadiram aquela área no bairro Magalhães sendo posteriormente expulsas por ações movidas pelo poder público Municipal.



Figura 04: Retirada dos sem teto policia de Choque, 1992<sup>5</sup>

Os governantes do município na época, o prefeito Nelson Abrão Netto, foram contra aquela ação, governantes e sem-teto tiveram várias negociações não obtendo sucesso. Mesmo recebendo apoio de alguns simpatizantes da causa como o Padre Edemir de Souza que muito os ajudou, o Ministério Público conseguiu retirar do local as famílias invasoras. Foi enviado uma tropa de choque, retro-escavadeiras e caminhões para retirá-los.

Como uma segunda atitude dos sem-teto e num movimento de protesto, os desabrigados acamparam na Praça da Bandeira no centro histórico do município de Laguna, em barracas e sem qualquer condição de permanência. Este processo perdurou por quase três meses e não obteve sucesso. Segundo Dona Julia Guedes<sup>6</sup>, num dos momentos de tristeza na praça, as famílias se reuniram em volta de uma fogueira e fizeram a promessa de que se ganhassem aquela área aterrada no bairro Magalhães a denominariam Vila Vitória.

Com novas promessas e uma declaração em mãos do prefeito Nelson Abraham Netto assumindo a responsabilidade de um assentamento provisório no terreno da Mitra Diocesana de Tubarão, situado no bairro Campo, cedido pela paróquia Santo Antonio dos Anjos que, desejando amenizar a triste situação dos sem-teto, se propôs a colaborar com o poder público, oferecendo essa área de terras para o assentamento das famílias em questão. Tão logo fora determinado o local onde definitivamente seriam assentadas essas famílias, a prefeitura fez a remoção e o devido assentamento. Os sem-teto descontentes por não terem atingindo seus objetivos não descansaram e lutaram pela conquista daquelas terras do bairro Magalhães; no bairro Campo de Fora permanecendo por mais três meses.

As trinta e seis famílias cheias de esperança e com muitos planos para um futuro melhor, cansados de sofrer, procuraram ajuda em futuros governantes. Em 1992, ano de eleições municipais receberam diversas promessas de assentamento na área aterrada. As famílias encontraram no candidato a prefeito, o Dr. Jorge Zanini (médico), uma promessa honesta e sincera que mais tardar veio a ser cumprida.

As eleições aconteceram em 03 de outubro de 1992, e para felicidade daquelas famílias o novo prefeito eleito foi o Dr. Jorge Zanini, nos primeiros dias de seu governo cumpriu a promessa assentando as trinta e seis famílias no bairro Magalhães, na área de

<sup>5</sup> Acervo particular de Júlia Guedes

<sup>6</sup> \* Julia Guedes, Custódia de Souza e Catarina de Souza, foram às primeiras moradoras assentadas na Vila Vitória.

assentamento, vulgo na época Alagamar. Foi uma atitude que mudou a vida daquelas famílias. A primeira casa construída foi a da Dona Custódia de Souza, a segunda, da Dona Julia Guedes e a terceira, de Dona Catarina de Souza. Estas mulheres de fibra são as responsáveis pela concretude do sonho de transformar aquela área aterrada em casas próprias.

Segundo Dona Julia, foi como se as terras tivessem açúcar e as pessoas fossem formigas, começou a vir pessoas de todos os lados, vinham por terra e por água, traziam madeira de canoa, de carroças de carrinho-de-mão, de todas as formas possíveis para construir suas casas, logo, estes terrenos foram cedidos pela prefeitura. A Vila cresceu e muitas famílias foram assentadas, mesmo estando numa área discriminada pela sociedade, os moradores se organizaram e formaram a Associação Comunitária da Vila Vitória, composta por doze membros, a diretoria da Associação fazia cadastros das famílias necessitadas que viessem de todas as partes do município de Laguna, também das áreas rurais. Os responsáveis pela associação pesquisavam o socioeconômico das famílias cadastradas e as que mais necessitavam foram assentadas. Construam suas casas de todos os modos, muitas vezes faziam mutirões.

As famílias ocuparam as primeiras ruas da Vila, numa organização da Associação, também deram início à construção da primeira creche da Vila (hoje funciona o PSF), as ruas que receberam nomes de pessoas que foram importantes de alguma forma para aquele assentamento de sem-teto, instalaram-se sem energia elétrica, utilizavam liquinhos e baterias, sem água encanada, recebiam água por meio de uma mangueira que passava na rua principal, os moradores buscavam com baldes garrações e outros, e assim permaneceram por dois anos e meio, havia apenas um banheiro comunitário usado e mantido a limpeza por todos.

A área ocupada pelos sem-teto fortaleceu-se com o trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária daquele núcleo habitacional. A implantação de rede de esgoto desenvolve-se no Alagamar, porém ainda é bastante precária (figura 05) contou com o apoio de diversos segmentos da sociedade lagunense e vem dar seqüência a uma série de melhorias já concretizadas por aquela entidade. Após obterem por vias legais o direito de ocuparem aquela área, deu-se a implantação dos sistemas de energia elétrica e abastecimento d'água, segundo Julia Guedes “agora vamos à busca da pavimentação e lajotamento das ruas e a entrega definitiva dos títulos de propriedade para os moradores.”



Figura 05: Vila Vitória. Esgoto a céu aberto

Julia Guedes, presidente da associação, nos anos seguintes começou a assentar famílias sem-teto em outras áreas. Tem uma parte da Vila onde os assentamentos não foram organizados como os primeiros, tendo assim uma visível desorganização nas ruas, ruas sem saída e apertadas. A ocupação aconteceu fora do modelo padrão de urbanização, assim a Vila se expandiu e hoje é formada por 827 famílias, 4.187 pessoas vindas de várias regiões do Brasil, Estados e Municípios, colaborando para uma miscigenação de culturas. A Vila Vitória possui uma diversificação cultural oferecendo grande diversidade de mão-de-obra com e sem qualificada.

Com o passar dos anos outras classes sociais despertaram interesses pelos terrenos que se localizavam nas margens da lagoa Santo Antonio atraídos pelos preços baixos dos terrenos e com a facilidade de colocar suas embarcações na água. Muitos dos pescadores e moradores que tinham suas casas as margens da lagoa aceitaram estas ofertas, e venderam seus terrenos por preços baixos, dessa forma é possível verificar grandes diferenças sociais, pois ali tem residências que só servem para guardar embarcações como barracos em péssimas condições que servem de moradia. Hoje a Vila tem uma creche, um campo de futebol, ginásio de esportes, igrejas evangélicas, mercados, verdureiro, loja, salão de beleza, etc. A creche Irmã Vera recebe diariamente 220 crianças com idade entre Oito meses e 5 anos, são matriculadas preferencialmente as crianças residentes na Vila; o ginásio de esporte é onde acontece alguns eventos da vila, tem seu funcionamento ali escolinhas de futebol, handebol e alguns jogos. Na Vila é festejado todos os anos a festa Junina ou Julina dos moradores.

A Associação tem parceria com outras associações particulares instaladas na vila, a Maçonaria e Associação dos policiais militares, estas associações ajudam contribuindo a comunidade, de alguma forma, em datas festivas. Estas associações particulares estão instaladas numa área própria reservada para estes fins localizada ao norte da Vila, onde têm projetos de se construir uma escola de ensino fundamental, área de tratamento de esgotos da Companhia de Saneamento de Santa Catarina (CASAN) e uma grande praça com alguns brinquedos.

Quanto à associação de bairro ficou diagnosticado que na Vila Vitória há uma entidade denominada de Associação Comunitária Vila Vitória. Dos oitenta e dois entrevistados cinquenta e cinco participam das associações outros quarenta dizem não participar podemos constatar que a participação dos moradores é parcialmente ativa nas associações.

Das residências visitadas sessenta e dois moradores mostraram-se descontentes com o atendimento municipal, onze estão satisfeitos, e nove preferiram não responder. São muitas as sugestões para melhoria do atendimento municipal, as quais serão nomeadas por ordem de importância de acordo com os entrevistados, como: construir estrutura para esgoto pluvial; calçar as ruas; colocar iluminação nos postes que estão faltando; fiscalizar e apreender os animais soltos nas ruas; promover limpeza pública (das ruas); construir uma praça arborizada com bancos e área de lazer; colocar lixeiras pelo Bairro; melhorar transporte coletivo; solicitar policiamento mais ativo; fiscalizar e não permitir construções ilegais, principalmente nas margens da lagoa; desenvolver um programa de conscientização ecológica entre os moradores; fiscalizar a limpeza dos terrenos baldios; implantar uma escola de ensino fundamental; construir um lugar próprio para eventos; construir sede própria para o funcionamento do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O mundo do século XXI é extremamente urbano. A urbanização é resultado do modo de produção capitalista e da revolução industrial, que geraram diferentes formas de organização do espaço, diferenças essas bastante acentuadas nos países subdesenvolvidos.

No Brasil, podemos perceber que o processo de urbanização se desenvolveu conforme os ciclos econômicos, porém, se intensificou ao longo do século XX e está muito

relacionado com a industrialização. O fortalecimento da indústria e a modernização das atividades agropecuárias contribuíram para o crescente movimento populacional em direção às cidades. As cidades ultrapassaram seus limites territoriais e formaram grandes aglomerados urbanos e se tornou incapaz de atender as necessidades da população e garantir-lhes qualidade de vida.

O processo de urbanização nas cidades brasileiras, marcado pelo acelerado movimento migratório campo-cidade e cidade-cidade, gerou graves problemas urbanos. As cidades não acompanharam o ritmo de crescimento populacional, que ultrapassou o limite que é capaz de suportar. Com isso, verificamos o surgimento e agravamento de tais problemas: exclusão social, falta de infra-estrutura, aumento da segregação residencial, violência, agressão ao meio ambiente, dentre outros.

Constatou-se através da pesquisa de campo na Vila Vitória, que a mesma teve um assentamento de sem-teto irregular e acelerado onde num curto período de tempo, oito por cento da população do município de Laguna está fixada na Vila. Através da análise dos dados coletados, percebe-se que a ocupação da Vila estudada aconteceu nos anos de 1992 e quando realmente se fixaram já era ano de 1993, com um total de trinta e seis famílias.

Com o passar dos anos a população foi lentamente aumentando, culminando no ano de 2008 com 4.187 pessoas distribuídas em 827 famílias, dadas estes obtidos através do PSF da Vila. Igualmente, não restam dúvidas de que os seres humanos fazem uso dos recursos naturais para satisfazer suas necessidades de alimentação, vestuário, abrigo, segurança, lazer entre tantos outros.

Entretanto, dentre estes recursos encontram-se os renováveis e os não renováveis. Os primeiros são aqueles que podem ser repostos por si mesmo, ao longo dos anos, cultivados pela ação do humano e o segundo refere-se aquele que custam a se renovar, ou seja, levam milhões ou até mesmo bilhões de anos para serem renovados. Ficou visível que o início da ocupação antrópica na Vila Vitória não havia danos ambientais devido ao seu baixo nível de residentes. Com o passar do tempo a população cresceu e as necessidades foram se ampliando e os problemas ambientais aumentando.

Várias conseqüências foram apontadas pela população entrevista e se não forem tomadas as devidas providências poderá ocorrer uma resposta da mãe natureza. Temos sim que extrair da natureza aquilo que necessitamos para viver, porém, essa ação tem de ser inteligente, de forma tal que possamos explorá-la sem, contudo destruí-la. Todavia sabe-se que a natureza é agredida e destruída em virtude da busca desenfreada pelo bem-estar, conforto e comodidade.

Pessoas que não se importam com os danos quase irreparáveis causados a natureza, conscientes ou inconscientes de seus atos, cujas ações errôneas causam a degradação e problemas ao meio ambiente. A solução plausível é mudar o modelo de desenvolvimento atual e a cultura do povo para um modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORBA, Odiones de Fátima. **Cidade de Goiás: formas urbanas e indefinições de usos.** Goiânia. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, 1998.
- CARVALHO, J.A.M. de. O tamanho da população brasileira e sua distribuição etária: uma visão prospectiva. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, VI, São Paulo. **Anais ...** v. 1, p. 33-66, 1988.
- CLARC, D. **Introdução à geografia urbana.** São Paulo: Difel, 1985.
- CORREA, R. L. **O espaço urbano.** 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- CORREA, R. L. **Região e organização espacial.** 7. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- DAVIDOVICH, Fany. **A questão urbana.** In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Atlas nacional do Brasil 2000, p. 147.

- FARIAS, Vilson Francisco de. **De Portugal ao sul do Brasil – 500 Anos – História, Cultura e Turismo**. Florianópolis: Ed. do autor, 2001.
- FIORI, A. LUNARDON, I. R. **Santa Catarina de todas as gentes: história e cultura, história**. Curitiba: Ed. Base, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Censo demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra do censo. (compact disc). Rio de Janeiro, 2002.
- OLIVEIRA, A. U. de. PONTUSCHKA, N. N. **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2002.
- Reis (2002, p. 16) falta
- SANTOS, Milton **Técnica, espaço, tempo - Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- \_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. 3.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- SERRA, Jose et al. **Revista de Economia Política**. v. 11, n. 3, jul./set. 1991.